



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Pereira, Cícero; Torres Rosas, Ana Raquel; Almeida, Saulo Teles
Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um
discurso justificador da discriminação no preconceito racial
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 1, 2003, pp. 95-107
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18816110>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Influência de um Discurso Justificador da Discriminação no Preconceito

*Cícero Pereira¹
Ana Raquel Rosas Torres
Saulo Teles Almeida
Universidade Católica de Goiás*

Resumo

Este artigo analisa, na perspectiva das representações sociais, a influência de um discurso justificador do preconceito racial. Em um experimento ($N = 120$) que apresenta um cenário onde a gerente de uma empresa branca, discriminando uma negra, metade dos participantes (grupo experimental) recebeu um discurso justificando a ação da gerente. Os resultados mostram a representação da decisão da gerente organizada por dois princípios: avaliação de justiça. Os participantes que tiveram acesso ao discurso justificador consideraram que a atuação da gerente era mais profissional e menos injusta do que os participantes do grupo de controle. Os membros do grupo experimental apresentaram preferência por contratar a moça branca, enquanto os membros do grupo de controle não apresentaram preferência pela candidata branca. A discussão apresenta o preconceito moderno como o resultado dos discursos ideológicos produzidos para justificar a sua situação social.

Palavras-chave: Preconceito racial; representações sociais; discurso ideológico.

Analysis of the Influence of a Justifying Discourse on Racial Prejudice Discourse

Abstract

This paper analyses the influence, from a social representations view, of a justifying discourse about a racial preference experiment ($N = 120$), it was presented to participants a scenario where a shop manager hires a white girl or a black one. Half of participants also received a discourse justifying the manager's decision. The results show that the influence of that decision is organized in two principles: professional evaluation and justice perception. The participants who received the discourse justifying the manager's decision as been more professional and less unfair than those who did not receive that discourse. The former group was also more tended to hire the white girl, while the other group did not see that discourse. The discussion presents modern prejudice as a result of ideological discourses produced to justify the racial hierarchy.

Keywords: Racial prejudice; social representations; ideological discourse

Nos últimos anos, as organizações da sociedade civil que lutam pelos direitos de grupos minoritários têm obtido diversos avanços no que diz respeito a mudanças na legislação que coíbe manifestações de comportamentos e atitudes discriminatórios. Exemplo disso é o debate recente sobre a possibilidade de quotas nas universidades públicas para negros, para estudantes oriundos de escolas

mais de forma aberta, mas encoberta. De fato, estudos realizados a expressão de formas clássicas tem diminuído em várias partes do mundo (Ziller, 1997; Schuman, Steeh, 1997). No mesmo tempo, vários estudos demonstraram a existência de dois tipos de

(Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; McConahay, 1983; Pettigrew & Meertens, 1995).

Nesse sentido, o racismo expressa-se através das estratégias que os grupos dominantes encontraram para driblar as normas anti-racistas. Trata-se, pois, de discursos ideológicos que justificam a sua situação dominante sem, aparentemente, violar essas normas (Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001). Mais grave ainda, e de forma paradoxal, esses grupos têm conseguido implantar processos discriminatórios em nome da defesa da justiça e da igualdade universais. Assim, o preconceito atualmente é constituído por vários discursos que pregam a defesa irrestrita dos valores igualitários do pós-modernismo e, ao mesmo tempo, opõe-se às políticas sociais coerentes com esses valores. Portanto, este artigo analisa, na perspectiva das representações sociais, como um discurso justificador contribui para a expressão do preconceito racial.

A Perspectiva das Representações Sociais

As representações sociais são as formas pelas quais o senso comum expressa seu pensamento (Jodelet, 1993, Moscovici, 1976). Não se trata de respostas que um indivíduo emite em relação a um estímulo do meio social (Farr, 1995), mas das maneiras como os grupos sociais constroem e organizam os diferentes significados dos estímulos do meio social e as possibilidades de respostas que podem acompanhar esses estímulos. Esses significados são responsáveis pela ligação dos estímulos às suas respostas correspondentes, em que o estímulo e sua resposta são construídos nas atividades sócio-cognitivas dos grupos sociais, as quais são desenvolvidas nas relações concretas e simbólicas que eles mantêm com os outros grupos (Vala, 2000). É nesse sentido que as representações sociais são referidas como teorias de senso comum (Moscovici & Hewstone, 1993), que estabelecem o repertório com as alternativas de ocorrência das ações sociais.

Doise (1989) critica as definições de representação social que destacam apenas a dimensão hegemônica dessas

Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (2000) propõem o Modelo da Análise Quantitativa das Representações (MAQR) como alternativa para os problemas metodológicos da representação social. O MAQR é uma abordagem que integra a teoria da representação social, permitindo o desenvolvimento de uma representação integrada, como defendem Vala (1993) e Vala e Vala (2000). Nesse modelo, o estudo das representações envolve três fases: a organização do campo, a identificação dos princípios organizadores dos posicionamentos individuais no campo representacional e a operacionalização desses princípios. Na primeira fase, que envolve a objetivação (Doise, 1998; Moscovici, 1998), é avaliada a existência de uma organização cognitiva entre os membros de uma população sobre os elementos constitutivos de um sistema de relações sociais. Na segunda fase, que a abordagem das representações sociais deve ser analisada da perspectiva da cognição social (Auger, 1998).

ancoragem social avalia como as pertenças sociais e as identidades sociais explicam os princípios que organizam os posicionamentos individuais no campo representacional (Doise, 1992). Doise (1993) identifica três formas de ancoragem: a psicológica, a sociológica e a psicossociológica. A análise psicológica estuda a ancoragem nas atitudes individuais. A análise sociológica identifica como a pertença dos indivíduos a grupos sociais influência as representações. Na análise psicossociológica a ancoragem gira em torno dos discursos ideológicos sobre a natureza das relações sociais. Assim, este artigo utiliza o modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais num estudo sobre como um discurso ideológico ancora o preconceito racial.

A Natureza do Preconceito

Na Psicologia Social, a definição mais utilizada para o preconceito é a explicitada por Allport (1954), como sento uma atitude negativa em relação a uma pessoa baseada na crença de que ela tem as características negativas atribuídas a um grupo. Essa atitude seria constituída por dois componentes: um cognitivo, a generalização categorial, e um disposicional, a hostilidade, que influenciaria comportamentos discriminatórios (Jones, 1972). A partir da obra de Allport (1954), várias teorias foram desenvolvidas para explicar o preconceito (Monteiro, 2000). Segundo Billig (1993) e Martínez (1996), essas abordagens têm enfatizado, sobretudo, as causas psicológicas do preconceito, tais como as teorias da personalidade autoritária (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford, 1950), da frustração-agressão (Dollard, Doob, Miller, Mowrer & Sears, 1939) e do “espírito fechado” (Rokeach, 1960). Esses trabalhos têm sido criticados em diversas formas. No entanto, para a argumentação defendida neste artigo, o ponto mais importante refere-se ao fato de que, explicando o preconceito através da dinâmica da personalidade do indivíduo, esses autores estariam negligenciando fatores situacionais e socio-econômicos que, na maioria das vezes, são muito poderosos em determinar esse fenômeno.

teoria da frustração e agressão. Em outra perspectiva, Doi tém desenvolvido uma abordagem das relações intergrupais que situa

ideológicos, ao apresentarem as características psicossociais que organizam os processos afetivos e cognitivos, justificam as diferenças sociais existentes (Billig, 1985, 1991; van Dijk, 1988) e dão suporte aos processos de exclusão social (Camino, 1998). Assim, a compreensão dos preconceitos sociais passa pela análise de como as representações ideológicas se expressam nas teorias de senso comum sobre a natureza dos grupos sociais. Especificamente, considerando as representações sociais como transformações de conhecimentos ideológicos científicos e filosóficos em saber de senso comum (Moscovici, 1976), interessa saber como atualmente esse senso comum representa as relações raciais.

Preconceito Racial e Representações Sociais. Estudos Empíricos

Os estudos clássicos sobre o racismo submeteram à prova a hipótese de que grupos dominantes avaliariam positivamente os membros de seu grupo e negativamente os membros dos outros grupos (Tajfel, 1978, 1982). Nesse sentido, era de se esperar que os brancos representassem a natureza do seu grupo mais positivamente do que a natureza das pessoas de cor negra. Implicitamente, nesse processo de categorização, as pessoas utilizam teorias de senso comum sobre as características essenciais que diferenciam o branco do negro. São essas teorias que permitem estabelecer o elo entre os estudos sobre o preconceito racial e a abordagem das representações sociais, dado que estas teorias de senso comum orientariam as avaliações que as pessoas fazem de seu grupo e dos outros grupos.

As novas teorias sobre o preconceito, como a do racismo moderno (McConahay, 1986), a do racismo simbólico (Kinder & Sears, 1981), a do racismo ambivalente (Katz & Hass, 1988) e a do racismo sutil (Meertens & Pettigrew, 1995, 1999), descrevem processos discriminatórios menos flagrantes e mais encobertos. Estudos desenvolvidos na Europa, nos Estados Unidos e na Austrália à luz dessas teorias mostram o viés *endogrupal* atuando no favoritismo

Mundial e com as subsequentes Declarações Humanas associadas à queda do mito da superioridade biológica entre os negros e os brancos e as características psicológicas e culturais que devem ter direitos iguais (Guimarães, 1995). Por outro lado, nesse mesmo discurso, o debate para as diferenças culturais, há a existência de uma hierarquia cultural que existe entre alguns povos do mundo. Além disso, é de que as culturas subdesenvolvidas devem ter valores, e em consequência sua cultura, para o desenvolvimento econômico. Embora as pesquisas sobre o preconceito não estejam orientadas para as representações sociais, os estudos desenvolvidos revelam que atualmente o campo representativo das relações raciais é constituído mais pela crença cultural do que numa hierarquia genética e racial (Vescio, Theno & Crandall, 1996; Schwartz, 1996).

Nesse sentido, Pettigrew e Meertens (1995) mostram que atualmente o preconceito apresenta-se sob a forma de negação de emoções positivas em relação ao preconceito e, principalmente, pelas diferenças culturais expressa na percepção de que os membros dos outros grupos não aderem ao trabalho. A dimensão emocional, também, é importante em outras investigações (Dijker, 1987; Iglesias & Gaertner, 1989; Leyens & cols., 2000; Schwartz, 1996), que se caracterizou em emoções negativas em relação ao *exogrupo*, mas no sentimento de mais empatia e simpatia em relação ao *endogrupo*. O preconceito, portanto, é uma reação ao sentimento de que as diferenças culturais, reflete a natureza da globalização (Giddens, 1996), pois ao mesmo tempo que viabiliza o desenvolvimento econômico, a globalização do capitalismo, aumenta as diferenças entre os países (Camino & cols., 2001), expressas na forma de conflitos que continuam mostrando o aumento mundo a mundo (Bauman, 1998; Beeman & Frank, 1998).

por Rodrigues (1984), em que brasileiros, individualmente, não atribuíram estereótipos negativos ao negro, mas afirmaram que a sociedade brasileira os atribuía. Recentemente, Martinez e Camino (2000) constataram que estudantes universitários, ao classificarem seu grau de preconceito em uma escala de dez pontos, consideraram que, em média, seu preconceito é de apenas 3,3 pontos, enquanto o grau médio de racismo da sociedade brasileira seria igual a 7,8 pontos. Essa mesma contradição também foi verificada em uma investigação realizada por Camino e colaboradores (2001), levando esses autores a concluir que o discurso ideológico que organiza a representação das relações raciais no Brasil descreve uma dissociação cognitiva cuja característica central é o fato das pessoas negarem que são preconceituosas atribuindo a responsabilidade do preconceito a uma abstração: a sociedade brasileira. Com isso o racismo à brasileira (Silva, 1995) cumpre seu papel ideológico mascarando as práticas discriminatórias. Como afirma Billig (1991), o sucesso de uma ideologia está relacionado aos discursos cotidianos (ou às teorias de senso comum na ótica de Moscovici, 1976) que procura justificar empiricamente o seu próprio sucesso. Nesse sentido, a ênfase na norma anti-racista poderia levar, em certas condições, à justificativa do próprio preconceito (Camino & cols., 2001). Mas quais seriam essas condições?

No Brasil, a miscigenação cultural produziu mitos como o da democracia racial (Freyre, 1933), que entende a discriminação mais como o resultado da estratificação social do que das diferenças de cor. Nesse sentido, o negro seria discriminado não por ser negro, mas por ser pobre. Contudo, o mito da democracia racial parece ser uma forma de racionalização das práticas discriminatórias (Azevedo, 1975). Embora o racismo à brasileira esteja relacionado à pobreza, a cor da pele é, como apontam os resultados da pesquisa levada a cabo por Camino e colaboradores (2001), central na definição do nível da classe social que o indivíduo irá pertencer. Nesse sentido, Andrews (1998) mostra que os negros recebem menores salários que

deve ter, utiliza a cor da pele
admissão de uma pessoa a um

Nesse sentido, este artigo experimental que mostra a influência justificador da discriminação social entre estudantes universitários de Goiânia. Inversamente, a discriminação mascarada e aberta desse preconceito, que coloca uma situação em que é mais fácil contratar uma nova funcionária negra do que uma branca. Como formas mais sutis de expressar o preconceito, serão estudados os efeitos da representação que os universitários fazem da gerente. Espera-se que essa representação seja influenciada por dois princípios: percepção de que a forma direta do preconceito é mais eficaz do que a forma indireta, e a forma direta do preconceito é mais eficaz do que a forma indireta. Especificamente, os resultados mostram que os estudantes que não têm preconceito socialmente aceitável disso, esperam que o discurso justificativo da discriminação social influencie mais as formas indiretas de discriminação social do que a forma aberta do preconceito (Fiske, 1980; Kinder & Sears, 1981; McClelland, 1979; Meertens, 1995).

Méto

Participantes

Participantes
Participou neste estudo uma
estudantes, com idade variando
 $dp = 2,57$), do primeiro ano do
universidade localizada em Goiânia.
foram distribuídos aleatoriamente
68% para o grupo de
controle e 32% para o
grupo experimental.

currículo para análise. Após avaliar todos os *curricula*, a gerente seleciona os dois melhores, pois se trata de duas moças com competência e características profissionais idênticas. Em seguida, o texto narra que a gerente convoca as duas moças para uma entrevista, onde constata que uma moça é de cor branca e a outra é de cor negra.

Na situação de controle, narra-se que a gerente ao ver a cor da pele das moças não teve dúvidas e, sem apresentar justificativas, resolveu contratar a moça branca. Na situação experimental, foi acrescentado um parágrafo que igualmente narra a decisão da gerente por contratar a moça branca, mas essa decisão é justificada através de um discurso cuja característica central é o fato de a gerente não se perceber como uma pessoa preconceituosa. Contudo, ela considera que a sociedade brasileira, cliente em potencial de sua loja, é muito preconceituosa e que por isso deveria contratar a moça branca. Com essa decisão, a gerente estaria cumprindo bem seu papel de administradora de negócios. Portanto, o que diferencia o grupo experimental do grupo de controle é a presença do texto contendo um discurso que justifica a contratação da moça branca.

Instrumento

O instrumento utilizado foi um questionário, contendo as seguintes escalas:

Preferência pela Cor da Pele das Pessoas que Atendem nas Lojas: Inicialmente, pediu-se aos estudantes a indicação de sua preferência pessoal pela cor da pele das pessoas que os atendem quando eles entram em alguma loja para fazer compras. Essa preferência foi indicada numa escala de sete pontos contendo um único item apresentado em forma de diferenciador semântico (Osgood, Succi & Tannenbaum, 1957) que situa, de um lado, a preferência por ser atendido por pessoas de cor negra e, do outro lado, a preferência por pessoas de cor branca. A preferência pela cor foi codificada numa escala variando de 1 (Preferência por Negras) a 7 (Preferência por Brancas). Em seguida, solicitou-se aos estudantes que indicassem, também na escala em forma de diferenciador semântico, a cor da pele dos atendentes que os membros da sociedade brasileira preferem

da gerente ao optar por contratar a *moça negra*. Os parâmetros psicométricos dessa escala são discutidos na seção dos resultados.

Escala de Tomada de Decisão: Considerando a tomada de decisão as tendências dos estudantes para contratação da moça negra ou da moça branca, foi solicitado que se colocassem no lugar da loja descrita no texto, a fim de saber qual era a tendência de decisão que esses estudantes teriam. A tarefa de contratar a moça negra ou a moça branca foi encarregada a estudantes que estavam orientados a indicar a preferência de contratação da moça negra ou da moça branca, respectivamente. A escala de preferência de contratação da moça negra ou da moça branca foi apresentada em forma de diferenciador semântico (Osgood & cols., 1957) com a tendência de contratação da moça negra, situada ao lado esquerdo da escala, e a tendência de contratação da moça branca, situada ao lado direito da escala. Objetivamente, os estudantes indicaram qual moça contratariam se estivessem no lugar da loja. Suas tendências de decisão foram codificadas numa escala variando de 1 (Contratar a Negra) a 7 (Contratar a Branca).

Procedimentos

Para a realização do estudo, sorteou-se 100 estudantes do primeiro ano do curso de psicologia da UFSC, 50 alunos cada. Após os sorteios, foi solicitado que os estudantes das disciplinas a permissão para a realização da pesquisa. Nas salas de aula, os textos contextualizados ao estudo, que indicavam a qual os estudantes deveriam responder, foram distribuídos de forma aleatória, de modo que 50% da turma fizesse parte do grupo experimental e 50% da metade formasse o grupo de controle. Para que os estudantes não conseguissem visualizar o tamanho do texto entregue aos seus colegas, solicitou-se que os estudantes sentassem em carteiras alternadas. O tempo de realização do estudo em cada sala variou de dez a 15 minutos.

Resultados

que a sua preferência pessoal nos atendimentos independe da cor da pele das atendentes, pois seu posicionamento na escala foi situado em torno do ponto médio ($m = 3,9$), enquanto julgam que a sociedade brasileira prefere ser atendida por pessoas de cor branca ($m = 5,8$). Esse resultado é particularmente importante na interpretação dos resultados subseqüentes porque permite considerar adequado o discurso justificador da discriminação racial utilizado na manipulação experimental uma vez que ele é constitutivo do campo representacional dos estudantes sobre as relações raciais. Este campo é constituído, por um lado, pela negação pessoal do preconceito e, por outro lado, pela crença de que a sociedade brasileira é preconceituosa (Camino & cols., 2001; Venturi & Paulino, 1995). Mas o discurso justificador da discriminação favorece a expressão do preconceito?

A expressão desse preconceito passa pelos princípios organizadores da avaliação que os estudantes fazem da decisão da gerente. Para análise desse processo, verificou-se, inicialmente, a adequação teórica e a confiabilidade da escala utilizada na identificação desses princípios

organizadores. Para tanto, aplicou-se a escala de avaliação profissional e percepção de justiça. As escalas apresentam-se adequadas, pois as análises mostram eigenvalues acima de 1,00, 31% da variabilidade da avaliação profissional e 31% da variabilidade da percepção de justiça. Considerando a fidedignidade dessas duas escalas, obtiveram-se coeficiente alfa de Cronbach ($\alpha = 0,87$ e $0,80$, respectivamente), indicadores da avaliação profissional e percepção de justiça que os estudantes fizeram da loja.

Tabela 1

Médias da Preferência dos Estudantes e do que Eles Pensem que os Brasileiros Preferem na Pele das Vendedoras nas Lojas de Shopping Centers nos Grupos Experimental e Controle

	Grupos	
	Experimental ($n = 60$)	Controle ($n = 60$)
Preferência pessoal	3,9	3,8
Preferência dos brasileiros	5,6	6,0
Total	4,8	4,9

Nota. As médias que não compartilham os mesmos subscritos representam diferenças estatísticas significativas com $p < 0,05$ na Análise de Variâncias. A escala varia de 1 (Preferência pela Negra) a 7 (Preferência pela Branca).

Tabela 2

Cargas Fatoriais, Comunalidades (h^2), Eigenvalues, Variância Explicada e Fidedignidade das Avaliações dos Princípios Organizadores da Decisão da Gerente

Itens	Avaliação profissional	Percepção de justiça
Competente	0,93	
Eficaz	0,70	
Competente e Eficaz	0,85	0,80

Para analisar o efeito da manipulação experimental sobre a expressão do preconceito racial, aplicou-se uma Análise de Variâncias Multivariada (MANOVA) considerando o delineamento 2 (grupos experimental e controle) X 3 (percepção de justiça, avaliação profissional e tomada de decisão). Os resultados indicam (Tabela 3) que o efeito multivariado é significativo explicando 26% da variância do preconceito $F(3,117) = 12,27; p < 0,001$; $Pillai's = 0,26$, de modo que, no geral, os estudantes da condição experimental expressam um preconceito médio ($m = 4,1$) superior aos estudantes do grupo de controle ($m = 2,8$).

Tabela 3

Médias da Avaliação da Decisão da Gerente e da Escolha da Funcionária em Função dos Grupos Experimental e Controle

	Grupos	
	Experimental ($n = 60$)	Controle ($n = 60$)
Percepção de justiça	3,1	2,0
Avaliação profissional	4,1	2,5
Tomada de decisão	5,0	4,0
Total	4,1	2,8

Nota. A escala de percepção de justiça varia de 1 (Nada Justa) a 7 (Extremamente Justa). A escala de avaliação profissional varia de 1 (Nada Profissional) a 7 (Extremamente Profissional). A tomada de decisão varia de 1 (Contrataria a Negra) a 7 (Contrataria a Branca).

Do mesmo modo, todos os efeitos univariados também são significativos: $F_{\text{Percepção de Justiça}}(1, 117) = 21,44; p < 0,001, Eta^2 = 0,16$; $F_{\text{Avaliação Profissional}}(1, 117) = 34,73, Eta^2 = 0,24; p < 0,001$; $F_{\text{Tomada de Decisão}}(1, 117) = 15,09; p < 0,001, Eta^2 = 0,12$. Os estudantes do grupo experimental percebem que a decisão da gerente foi menos injusta ($m = 3,1$) do que os estudantes do grupo de controle ($m = 2,0$). Constatou-se também que na condição experimental os estudantes avaliam a atuação profissional da gerente da loja de forma mais positiva ($m = 4,0$) do que os estudantes da condição de controle ($m = 2,5$). Quando perguntado aos estudantes qual seria a sua decisão caso estivessem na situação da gerente da loja, os membros do grupo experimental

formas de expressão do preconceito racial. No Modelo da Análise Quantitativa das Representações (Doise & cols., 1993), foram identificados os constitutivos do campo representacional da discriminação racial no Brasil a partir dos quais construiu-se o discurso da discriminação. Em seguida, foram identificados os princípios organizadores da avaliação da discriminação racial que fizeram da decisão que uma suposta gerente contrataria uma moça negra, discriminando-a. Finalmente, mostrou como as formas de expressão do preconceito racial ancoraram-se no discurso justificador da discriminação racial.

Com relação ao campo representacional da discriminação racial, os resultados mostram esse campo constituído pela crise social de um preconceito generalizado na sociedade brasileira, pelo fato de que individualmente as pessoas não são preconceituosas (Camino & Costa, 1995; & Paulino, 1995). De fato, os estudantes da amostra não têm preferência pelas funcionárias negras, mas acham que a sociedade brasileira claramente prefere ser atendida por pessoas brancas. Para Billig (1993), o exame das declarações de preconceito pessoal em um meio socializado com o preconceito coloca em relevo o debate sobre o significado desse preconceito, fundamentalmente no discurso social.

comum fez das normas anti-racistas, resultando em um discurso que justifica a discriminação (Lacerda & cols., 2002). É nesse sentido que se concebe o preconceito não como decorrente de características psicológicas individuais, mas, sobretudo, como o produto das relações de poder entre grupos. Essas relações geram representações ideológicas que justificam os processos de discriminação contra grupos minoritários (Pereira & Camino, 2002). Uma dessas representações é o discurso ideológico que nega o preconceito pessoal e responsabiliza a sociedade pela existência desse preconceito (Camino & cols., 2001).

O cenário apresentado aos estudantes contextualiza as relações raciais e situa o racismo no domínio das relações sócio-econômicas (Santos, 1999; Telles, 1994). Tal como mostraram os resultados, a representação que os estudantes têm dessa discriminação é organizada em torno dos dois princípios hipotetizados: avaliação da capacidade profissional da gerente e a percepção do quanto essa gerente foi justa ao contratar a moça branca. O posicionamento nesses dois princípios juntamente com a decisão dos estudantes caso estivessem no lugar da gerente permitiu estudar o preconceito racial no contexto específico em que as novas formas do racismo se manifestam: as relações trabalhistas (Pettigrew & Meertens, 1995). De fato, Vala e colaboradores (1998, 1999) têm constatado que, embora as pessoas não se considerem preconceituosas, os negros representam para os portugueses uma ameaça econômica na medida em que acreditam que os programas governamentais não estabelecem limitações rigorosas que reduzam o acesso desses aos postos de emprego. Nas novas teorias sobre o racismo (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Kinder & Sears, 1981) essa seria uma das maneiras que os indivíduos encontraram para manifestar de forma latente o seu preconceito. Para esses autores, essa estratégia seria decorrente da internalização das normas anti-racistas. Contudo, de acordo com a perspectiva das representações sociais, as novas formas do racismo são decorrentes menos de processos psicológicos de internalização dessas

princípios organizadores, o preceito indireta na medida em que a percepção profissional da gerente permitiu a direção do alvo da discriminação. Neste caso, quanto mais profissional a gerente, mais injusta e quanto mais profissional a gerente, mais favorável a sua opinião foi percebida mais favoráveis à sua opinião foram. Os membros do grupo que consideraram a decisão da gerente como a média desse grupo em relação a sua opinião foram de forma ambivalente (Katz & Hass, 1988). Aqueles que consideraram a ter a mesma decisão da gerente como a opinião de uma pessoa branca. Aqueles que se deve essa ambigüidade (Katz & Hass, 1988). No entanto, o fato de que os sujeitos que vivem o conflito e atuem de forma ambivalente, esse conflito se deva a processos sociais. Neste caso, esse tipo de ambigüidade ocorre porque as pessoas utilizam os argumentos que circulam na sociedade. Neste caso, os argumentos traduzidos em formas de discursos que expressam, como apontam Pohlman e Pohlman (1996), as características da mentalidade pós-moderna. Neste caso, essas características tomam forma de argumentos que se referem tanto à fraternidade e à igualdade quanto à solidariedade, submetendo os argumentos concretas de um mundo visto como competitivo (Billig, 1991). Segundo Billig (1991), é justamente ao mesmo tempo em que o mundo é visto como competitivo, que se aplica para a solidariedade, submetendo os argumentos que circulam na sociedade.

Uma explicação alternativa para o efeito do discurso sobre o preceito da perspectiva da cognição social. As evidências experimentais teriam apresentado a decisão da gerente porque, com o acesso a um maior conjunto de intenções da gerente, de modo a que sobre as relações entre essas intenções e o profissional poderiam ser mais claras. Da perspectiva, o indivíduo desempenha

responsáveis pela transformação do conhecimento científico em teorias de senso comum. Enquanto essa transformação é processada de acordo com as regras de inferência, elas são também determinadas no sistema de comunicação social (Moscovici, 1988). Assim, embora os julgamentos realizados pelos estudantes do grupo experimental sobre a decisão da gerente sejam processados a partir da lógica da inferência cognitiva, o conteúdo dessa inferência foi determinado pelo conteúdo e pela lógica do discurso apresentado, o qual, por natureza, é social, uma vez que, como mostram os resultados da Tabela 1, os elementos constitutivos desse discurso compõem para os estudantes o campo representacional das relações raciais no Brasil.

Para finalizar, é relevante a reflexão sobre o método empregado no estudo, uma vez que poderia parecer paradoxal uma pesquisa experimental orientada pela abordagem das representações sociais. Realmente, esse aspecto tem gerado controvérsias entre os teóricos das representações sociais (Jesuíno, 2000), embora o próprio Moscovici (1988) defenda que os estudos desenvolvidos nessa abordagem devam utilizar os mais variados procedimentos metodológicos. A experimentação pode ser utilizada com restrições, como por exemplo, para analisar um aspecto específico, como a influência de um discurso sobre a expressão do preconceito em um grupo restrito de estudantes. Mas ela não permite verificar os processos ideológicos subjacentes à construção desses discursos, pois esses são construídos nas relações históricas que os grupos construíram em cada cultura específica. A cultura não se forma experimentalmente.

Referências

- Abrams, D. & Hogg, M. (1990). *Social identity theory: Constructive and critical advanced*. New York: Harvester-Wheatsheaf.

Abrie, J. C. (1994). L'organisation interne des représentations sociales: Système central et systèmes périphériques. En: C. Cuinali (Org.)

Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Análise da Influência de um Discurso Justificador da Disc

- Dovidio, J. F., Mann, J. A. & Gaertner, S. L. (1989). Resistance to affirmative action: The implications of aversive racism. Em F. A. Blanchard & F. J. Crosby (Orgs.), *Affirmative action in perspective* (pp. 83-102). New York: Springer-Verlag.
- Farr, R. (1995). Representações sociais: A teoria e sua história. Em P. Guareschi & S. L. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 31-59). Petrópolis: Vozes.
- Fiske, S. & Taylor, S. (1991). *Social cognition*. New York: McGraw-Hill.
- Freyre, G. (1933). *Casa-Grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination and racism* (pp. 61-89). New York: Academic Press.
- Giddens, A. (1996). *Para além da esquerda e da direita*. S. Paulo: UNESP.
- Guimarães, A. S. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attributional analysis of stereotyping. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 12, pp. 53-84). New York: Academic Press.
- Haslam, S. A. (1997). Stereotyping and social influence: Foundations of stereotype consensus. Em R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers & S. A. Haslam (Orgs.), *Social identity theory: Constructive and critical advances* (pp. 119-143). New York: Harvester.
- Haslam, S. A. & Turner, J. C. (1992). Context-dependent variation in social stereotyping: The relationship between frame of reference, self-categorization and accentuation. *European Journal of Social Psychology*, 22, 251-278.
- Heringer, R. (1995). Introduction to the analysis of racism and anti-racism in Brazil. Em B. P. Bowser (Org.), *Racism and anti-racism in world perspective* (pp. 203-207). London: Sage.
- Hewstone, M. (1990). The ultimate attribution error? A review of the literature on intergroup causal attribution. *European Journal of Social Psychology*, 20, 311-335.
- Hogg, M. & Abrams, D. (1988). *Social identification: A social psychology of intergroup relations and group processes*. London: Routledge.
- Ismael, E., Maciel, C. & Camino, L. (1996). O conhecimento do outro: Explicações em termos de cognição social. Em Camino, L. (Org.), *Conhecimento do outro e a construção da realidade social: Uma análise da percepção e da cognição social* (pp. 59-117). João Pessoa: Editora Universitária.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 198-209.
- Jesuíno, J. C. (2000). A psicologia social europeia. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 49-60). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1993). La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología social* (Vol. 2, pp. 469-494). Barcelona: Paidós.
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and racism*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.
- Leyens, J. P., Paladino, P. M., Rodriguez-Peres, A. & Gaunt, F. (1995). Prejudice: The attribution of secondary characteristics to outgroups. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 125-139.
- Likert, R. (1970). The technique for the summative rating scale. Em F. Summers (Org.), *Attitude measurement* (pp. 11-25). New York: McGraw-Hill.
- Martínez, M. C. (1996). *Análisis psicosociológico de la discriminación racial*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Martínez, I. & Camino, L. (2000, Setembro). *El discurso social como determinante de la discriminación racial: Los negros y morenos*. Trabalho apresentado no 1º Congresso da Sociedade Espanhola de Psicología Social, Oviedo, Espanha.
- McConahay, J. B. (1983). Modern racism, sexism, and homophobia. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 125-142.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, sexism, and homophobia: A 1986 racism scale. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91-125). New York: Academic Press.
- McConahay, J. B., Hardee, B. & Batts, C. (1982). Modern racism, sexism, and homophobia: It depends upon who is discriminated against. *Conflict Resolution*, 25, 563-579.
- Meertens, R. & Pettigrew, T. (1999). *Social identity and intergroup relations: Novos racismos: O que é?* Coimbra: Edições da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Ministério do Trabalho. (1998). *Programa de ação para a igualdade racial e raça: Todos pela igualdade de oportunidades*. Rio de Janeiro: MCT.
- Monteiro, M. B. (2000). Conflito e negociação: A teoria da negociação. Em M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 119-143). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son évolution et ses débats*. Paris: Éditions de la Sorbonne.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a critical synthesis. *European Journal of Social Psychology*, 18, 198-209.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1993). Intergroup relations: Reactions and social psychology. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología social* (pp. 49-60). Madrid: Paidós.
- Moscovici, S. & Mugny, G. (1987). *Psychological processes in social interaction*. Oxford: Clarendon.
- Moscovici, S. & Péres, J. (1999). A extrema direita e a pressão das maioria: O caso do racismo. *Psicologia social: Perspectivas comparativas* (pp. 119-143). Lisboa: Edições da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Mummendey, A. & Wenzel, M. (1999). The effect of group size on intergroup relations: Reactions and social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 29, 158-175.
- Nisbett, R. E. & Ross, L. (1980). *Human social judgment*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Oakes, P. J., Haslem, S. A. & Turner, J. C. (1994). *Intergroup relations: Reactions and social psychology*. Oxford: Blackwell.
- Osgood, C. E., Suci, G. J. & Tannenbaum, P. H. (1957). *The meaning of meaning*. Urbana, IL: University of Illinois Press.
- Pedersen, A. & Walker, I. (1997). Prejudice and discrimination: A social learning approach. *European Journal of Social Psychology*, 27, 115-132.

- Rego, A. (2001). Percepções de justiça: Estudos de dimensionalização com professores do ensino superior. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17, 119-131.
- Rex, J. (1986). *Raça e etnia*. Lisboa: Estampa.
- Rodrigues, A. (1984). *Detecção de preconceito racial e de estereótipo sexual através de atribuição de diferencial de causalidade*. Relatório Técnico. Rio de Janeiro: FGV/CBPP.
- Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. New York: Basic Books.
- Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings. Distortions in the attribution process. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 10, pp. 174-221). New York: Academic Press.
- Santos, I. A. (1999). Discriminação: Uma questão de direitos humanos. Em D. D. de Oliveira, R. B. de Lima, S. A. dos Santos & T. L. Tosta (Orgs.), 50 anos depois: Relações raciais e grupos socialmente segregados (pp. 53-74). Goiânia: MNDH.
- Schaller, M. (1991). Social categorization and the formation of group stereotypes: Further evidence for biased information processing in the perception of group-behavior correlations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 25-35.
- Schuman, H., Steeh, C., Bobo, L. & Krysan, M. (1998). *Racial attitudes in America: Trends and interpretations*. Cambridge: Harvard University.
- Schwarcz, L. (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, M. J. (1995). *Racismo à brasileira: Raízes históricas*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- Smith, E. R. (1993). Social identity and social emotions: Toward new conceptions of prejudice. Em D. M. Mackie & D. L. Hamilton (Orgs.), *Affect, cognition and stereotyping: Interactive processes in group perception* (pp. 297-315). San Diego: Academic Press.
- Spini, D. & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human right and their social anchoring in values priorities. *European Journal of Social Psychology*, 28, 603-622.
- Tajfel, H. (1978). The psychological structure of intergroup relations. Em H. Tajfel (Org.), *Differentiations between social group* (pp. 27-98). Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Telles, E. E. (1994). Industrialização e desigualdade racial no emprego: O exemplo brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, 26, 21-52.
- Torres, A. R. R. (1996). *Exploring group diversity: Relative identification and ingroup bias*. Tese de Doutorado. University of Kent at Canterbury, Reino Unido.
- Vala, J. (1993). As representações sociais no quotidiano: Metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 28, 502.
- Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social no quotidiano. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Expressões de racismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1998). *Expressões de racismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). O racismo flagrado em Portugal. Em J. Vala (Org.), *Novos racismos* (pp. 31-59). Oeiras: Celta.
- van Dijk, T. (1988). Social cognition, social power and social text. *Text*, 8, 129-157.
- Venturi, G. & Paulino, M. F. (1995). Pesquisando o racismo. In G. Venturi & G. Venturi (Orgs.), *Racismo cordial: A maneira de ver o preconceito de cor no Brasil* (pp. 83-95). São Paulo: Edições 70.
- Vrugt, A. & Nauta, M. (1995). Subtle prejudice in the Netherlands. *The Journal of Social Psychology*, 135, 155-165.
- Wetherell, M. (1996). *Identities groups and social issues*. University.
- Yzerbyt, V., Rocher, S. & Schadron, G. (1997). Stereotyping: A subjective essentialistic view of group perception. Em P. Oakes, N. Ellemers & S. Haslam (Orgs.), *The social mind: Identities, groups and group life* (pp. 20-50). Oxford: Blackwell.

Anexo A

Cenário Entregue a Todos os Estudantes

A gerente de uma loja de cosméticos em um *Shopping Center* precisava contratar uma nova quadra de vendedoras dos produtos da loja. Para contratar a mais competente funcionária, fez um anúncio nos classificados de um jornal, onde solicitava uma inscrição que deveria ser feita juntamente com o currículo pelos correios. Com os currículos em mãos, a gerente selecionou as duas melhores candidatas, ambas jovens de 22 anos, estudantes universitárias com excelentes desempenhos acadêmicos e profissionais. A gerente poderia contratar apenas uma funcionária. Como, em todas as avaliações objetivas realizadas, as duas moças eram iguais, a gerente resolveu fazer uma entrevista para verificar qual delas era mais extrovertida e a com melhor fluência verbal, que são características essenciais de uma funcionária de *Shopping Center*. Para surpresa da gerente, as duas candidatas além de terem excelente fluência verbal, eram também simpáticas e extrovertidas. Na verdade, elas se diferenciavam em apenas uma característica: uma era de cor branca e uma de cor negra.

Grupo de Controle

Para os membros do grupo de controle, acrescentou-se a seguinte frase ao final do texto: “...e ao final da entrevista, a gerente disse que contrataria a moça branca, porque ‘as duas candidatas, a gerente não teve mais dúvidas resolvendo contratar a moça branca’”.

Grupo Experimental

Aos membros do grupo experimental foi apresentado o seguinte discurso justificando a contratação da moça negra:

“Após ver a cor da pele das candidatas, a gerente se colocou em um dilema, pois não sabia qual delas contratar. Sendo muito justa nas suas relações pessoais, a gerente sabia, entretanto, que a sociedade brasileira é extremamente preconceituosa, principalmente nas camadas mais elevadas, ela não poderia contratar a moça negra, pois os freqüentadores do *Shopping Center* poderiam não entrar em sua loja para compras. Se isso ocorresse, pensou a gerente, tanto ela quanto os outros funcionários poderiam ficar desempregados. Considerando que ela não é uma pessoa preconceituosa, ao contrário, sempre foi a favor da igualdade, a gerente resolveu contratar a moça negra, porque ‘a sociedade brasileira é extremamente injusta e preconceituosa, e a gerente não quer que a sua loja estaria agindo profissionalmente ao cumprir o seu papel de administradora de negócios, para o futuro da loja e no emprego de seus funcionários’”.



Fundado em 1994

*Centro de
Estudos
Psicológicos
sobre
Meninos e
Meninas de Rua*

reúne os psicólogos **Sílvia H. Koller, Alessandra Marques C., Carolina Lisboa, Clarissa De Antoni, Cláudio S. Hutz, Elder Gabriela Azen Azevedo, Juliana Prates Santana, Letícia F., Ramos Mayer, Lucas Neiva-Silva, Raquel Cardoso Brito, Simona** alunos de Graduação e Pós-Graduação. Os objetivos principais da instituição são: ensino, extensão e pesquisa sobre aspectos psicológicos de adolescentes e famílias em situação de risco pessoal e social, sob a abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano. Agora com grupos em Rio Grande (FURG), coordenado por Maria Ângela, em Caxias do Sul (UCS), coordenado por Maria Elisa Fontana Carvalho, no Distrito Federal (UCB), coordenado por Paola Biasoli Alves.